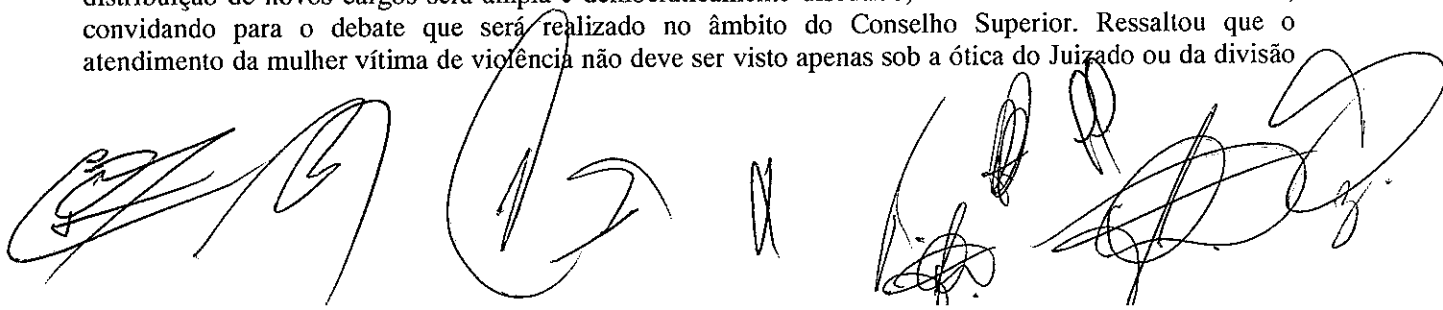


ATA DA 303ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

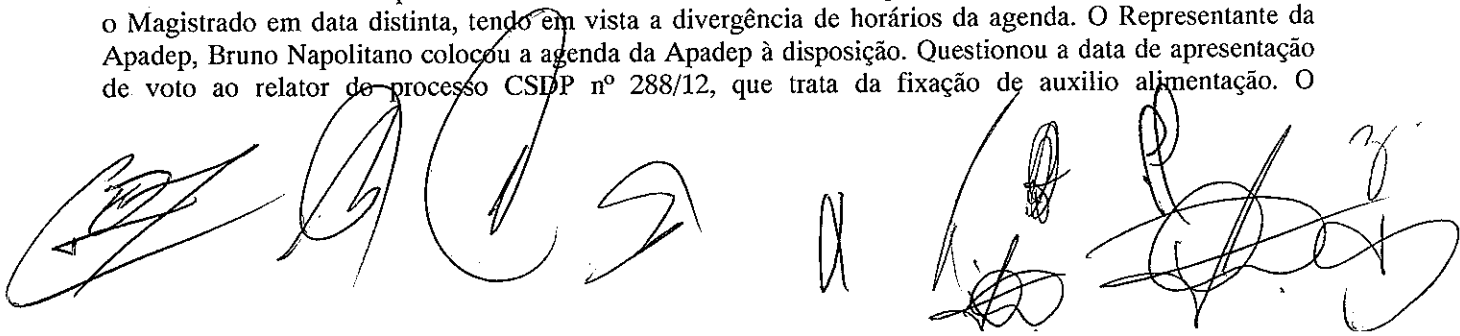
Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, no auditório do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, Térreo, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): Fabiana Botelho Zapata, Vitore André Zilio Maximiano, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Márcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, representando a Terceira Subdefensoria Pública Geral, Renato Campos Pinto de Vitto, e, representando a Apadep, Bruno Díaz Napolitano. Ausente justificadamente o Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Presidente iniciou a sessão às 11h15min, justificando a ausência da Defensora Daniela Sollberger em visita à Unidade Presidente Prudente, a fim de dar continuidade ao ciclo de visitas aos Defensores, promovido pela Defensoria Geral. Comunicou a realização nesta semana do primeiro curso de capacitação para os profissionais de vigilância que prestam serviços à Defensoria, e informou que o curso decorre de sugestão da Comissão de Segurança instalada no âmbito da Defensoria Geral. Apontou que o curso oferecido destina-se aos novos seguranças que irão trabalhar nas unidades da Capital, a partir de novembro, além dos supervisores das empresas. Contudo, detalhou que a capacitação está sendo gravada em vídeo para ser aplicada nas demais unidades da Defensoria na Região Metropolitana e Interior, visando alcançar também os profissionais que já desenvolvem suas atividades. Apresentou o cronograma de futuras discussões sobre os indicadores e parâmetros que devem subsidiar o debate sobre a destinação dos trezentos cargos adicionais, assim como as respectivas atribuições, destacando que no dia trinta e um de outubro, às dezenove horas acontecerá uma reunião aberta com a sociedade civil para apresentar a proposta inicial para os cem primeiros cargos e avaliar os resultados dos Ciclos de Conferências no que tange à expansão da Defensoria. Apontou que no dia cinco de novembro às dezoito horas acontecerá uma reunião aberta com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária e Defensores da área de Execução Penal, discutindo sobre o tema da atuação na VEC. Comunicou que no dia oito de novembro às dezoito horas acontecerá uma reunião aberta com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária e os Defensores da área Criminal, Varas Singulares e Júri, observando que o tema será a atuação nas Varas de conhecimento e Júri. Destacou duas reuniões no dia doze de novembro, a primeira às dez horas da manhã com os Núcleos Especializados, tendo em pauta a discussão sobre parâmetros para definição de novos cargos para Núcleos Especializados e para exercícios de atribuições correlatas à atuação temática do Núcleo, e apontou que a segunda reunião acontecerá às dezoito horas, tratando-se de reunião aberta com o Núcleo Especializado de Infância e Juventude e com Defensores da área da Infância e Juventude para discutirem a atuação na Infância Infracional e Infância Cível. Por fim, narrou que no dia vinte e sete de novembro acontecerão duas reuniões, a primeira às nove e meia da manhã será com Coordenadores Regionais, visando apresentar a proposta inicial para os cem primeiros cargos e a apresentação dos cenários de cortes para outros trezentos cargos, e apontou que a última reunião acontecerá às dezoito horas com os Núcleos Especializados e Defensores das áreas de Família e Cível, pontuando que o tema será a atuação nas áreas Cível, Família e Tutela Coletiva. O Conselheiro Renato Campos abordou que o objetivo das reuniões temáticas é apresentar os estudos a respeito dos indicadores de atuação nas respectivas áreas, bem como identificar indicadores para a definição de um padrão de atuação visando a distribuição dos demais trezentos cargos de Defensor. Comunicou a recente publicação da lista de antiguidade para fins de remoção na carreira, visando à escolha de vagas antes da posse dos recém aprovados do V Concurso de Defensor Público. Informou que o ato da Defensoria Pública Geral que regulamenta o funcionamento da instituição durante o recesso do Judiciário está pronto e deve ser publicado até terça-feira da semana seguinte, e ressaltou que posteriormente as Subdefensorias devem definir os critérios de atendimento nesse período para cada localidade. Apontou que o valor de auxílio refeição dos servidores será majorado para vinte e cinco reais a partir de janeiro, relativo ao mês de referência dezembro, e destacou que o valor deve ser creditado em folha de pagamento. O Presidente informou a necessidade de realizar uma sessão ordinária na quinta-feira da semana que vem, em razão da



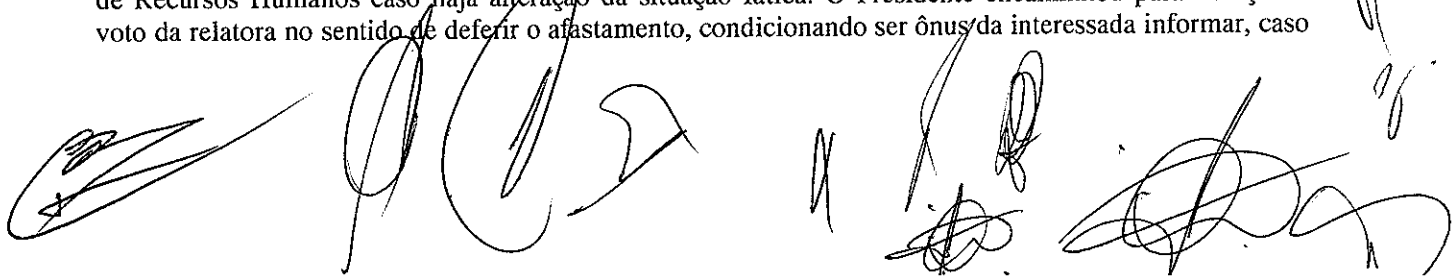
necessidade de homologação do resultado final do V Concurso de Defensores. O Conselheiro Luciano Caserta manifestou o seu entendimento de que deve haver sessão ordinária toda a semana, como prevê a lei orgânica. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti concordou e observou que a demanda de processos em pauta necessitam de julgamento, nem que seja necessário dar sequência até o final do expediente. Após discussão, o Colegiado estabeleceu um calendário para o mês de novembro, devido à extensa pauta e em razão de seguidos feriados, destacando que haverá sessão ordinária no dia primeiro de novembro e nove de novembro, além de realizarem sessão extraordinária no dia oito de novembro para deliberarem apenas o processo CSDP 135/11, que fixa a atribuição dos Defensores Públicos na carreira. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Informou o envio de email, durante a semana, aos Conselheiros encaminhando as manifestações protocoladas na Secretaria do Conselho Superior, contendo as propostas relativas à distribuição dos novos cargos. Justificou a ausência do Conselheiro Bruno Miragaia em razão de férias. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou à palavra a primeira inscrita, Maria Amélia Telles, Representante da União de Mulheres de São Paulo. Relatou que o movimento de mulheres foi impedido de entrar no edifício da Defensoria Pública antes da sessão do Conselho, e informou que o acesso foi negado por comunicarem que havia uma sessão extraordinária, sendo possível adentrar somente após intervenção do Segundo Subdefensor Geral. Criticou o Conselho por agendar uma sessão extraordinária em horário em que regularmente ocorre o momento aberto, dificultando a participação das pessoas que se dispõem a comparecer. Informou que a Lei Maria da Penha atribui à Defensoria Pública a função de prestar orientação e atendimento jurídico às mulheres vítimas de violência, e considerou que isso não têm ocorrido. Solicitou que a instituição priorize o atendimento a essas mulheres e que garanta a presença de Defensores nos Juizados de Violência Doméstica e nas Delegacias, no momento de expansão dos seus quadros. Criticou o fato de mulheres de vitimas de violência submeterem-se a uma triagem sócio-econômica, e considerou que o atendimento deveria ser irrestrito neste caso. O Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Cristina Valentim Miranda, Representante do Projeto Maria Maria. Ela relatou que a entidade recebe diversas reclamações sobre o atendimento prestado às mulheres em Delegacias, devido à discriminação e ao estado emocional alterado, e reforçou o pedido de ampliação de Defensores Públicos nesses locais. O Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Adriana Scatone, Representante do Creas de Barueri. Apontou que as delegacias não estão preparadas para receber mulheres vítimas de violência, e considerou que isso gera constrangimento entre as vítimas, relatando que a falta de atendimento adequado provoca em muitas mulheres o desenvolvimento de problemas de saúde, citando a depressão e alcoolismo, contudo destacou que o problema se agrava em cidades onde não há unidade da Defensoria. O Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Arlete Maria Lima, Representante do Projeto Maria Maria. Criticou a dificuldade que encontrou para ter acesso ao edifício sede da Defensoria, e solicitou que o horário do momento aberto não seja modificado. O Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Aline Yamamoto, Representante do Projeto Maria Maria. Criticou o atendimento prestado pela Defensoria a mulheres vitimas de violência, mencionando a necessidade de análise sócio-econômica. Citou que por medo de perderem a guarda dos filhos, muitas vezes, as mulheres superestimam suas rendas, decorrendo a denegação do atendimento, por isso, solicitou que a instituição esteja integrada à rede de atendimento às mulheres. O Presidente se desculpou pelo equívoco na recepção do edifício sede e informou que não há diretriz para que as pessoas sejam impedidas de entrar nos prédios da instituição ou que tenham esse acesso dificultado. Reiterou que a Defensoria é uma instituição aberta e apontou que provavelmente o fato ocorreu devido à confusão de que havia uma sessão extraordinária marcada para o início da manhã, e que, em regra, tratam-se de processos administrativos disciplinares, com restrição à participação. Considerou que as demandas elencadas por todas são de extrema relevância e urgência, mas apontou que o atendimento adequado sofre em função da falta de um quadro suficiente de profissionais. Apontou as dificuldades de ampliação da instituição em função do número de prioridades existentes, mesmo com o aporte de quatrocentos novos Defensores, e afirmou que o processo de distribuição de novos cargos será ampla e democraticamente discutido, inclusive com a sociedade civil, convidando para o debate que será realizado no âmbito do Conselho Superior. Ressaltou que o atendimento da mulher vítima de violência não deve ser visto apenas sob a ótica do Juizado ou da divisão

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, a circular mark containing the number '12', a vertical line, and several other complex, overlapping signatures and initials.

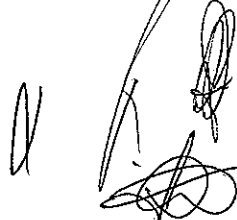
das Varas Judiciais e que o ideal seria a inserção nas atribuições funcionais de que o Defensor é responsável pelo atendimento integral da mulher vítima de violência, independentemente da Vara onde a questão deva tramitar. O Conselheiro Vitore Maximiano lamentou que, no momento da descentralização do Juizado de Violência Doméstica da Capital, a Defensoria não tenha conseguido acompanhar a expansão devido ao número exíguo de Defensores, e apontou que além da atuação da Defensoria junto aos Centros de Referência da Mulher e Centros de Cidadania da Mulher, há atuações em casos específicos pelos Defensores, citando caso recente ocorrido em Mauá. Destacou que há um número expressivo de ações em favor de mulheres vítimas de violência no âmbito da Defensoria, mas apontou que essa atuação só não é mais ampla em função da falta de profissionais. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon apontou que a Lei Maria da Penha e a Deliberação CSDP nº 138/12, somadas às propostas oriundas das Conferências creditam à Defensoria responsabilidade na atenção jurídica às mulheres vítimas de violência. Relatou que, quando houve a alocação de um Defensor no primeiro Juizado de Violência Doméstica da Capital, houve um compromisso pela instituição em ampliar o atendimento vítima de violência. O Conselheiro Renato Campos informou que esteve representando a Defensoria Geral em uma sessão da CPI da Violência Doméstica, destacando que, na oportunidade, reiterou o compromisso da Defensoria Pública de São Paulo em atuar no combate à violência contra as mulheres. Refletiu que o Núcleo Especializado de Promoção e Direitos da Mulher criado no âmbito da Defensoria aprimora e oferece diretrizes de qual rumo a instituição deve adotar no âmbito da violência doméstica, e considerou que o momento é oportuno para discutir o modelo de atuação, e, sobretudo a revisão da atuação da instituição, convidando todas as entidades presentes a participarem da reunião aberta que ocorrerá para debater o processo de expansão institucional, na próxima quarta-feira, às dezenove horas. O Conselheiro Rafael Bessa concordou com Davi, apontando a necessidade de rever as atribuições dos Defensores para que haja uma visão unificada acerca dos problemas que envolvem a mulher vítima de violência, citando a guarda de filhos, divisão de bens, renda para a sobrevivência, entre outros aspectos. O Conselheiro Luciano Caserta concordou com a necessidade da presença de Defensores em todos os Juizados de Violências Domésticas, e justificou a necessidade em recente estudo apontando que dentre os seiscentos municípios do Estado, apenas trinta e sete possuíam abrigo para mulheres vítimas de violência. Relatou que havia uma perspectiva de que o Tribunal de Justiça de São Paulo ampliaria os Juizados de Violência Doméstica pelo Estado, mas isso não ocorreu. Sugeriu o incremento de convênios com as Prefeituras para atendimento nos Centros de Referências da Mulher e Centro de Cidadania da Mulher, seguindo o modelo exitoso da Capital. O Presidente agradeceu a presença de todas e as convidou para acompanharem a discussão da proposta no dia trinta e um de outubro às dezenove horas. Após, passou a palavra ao Presidente da Comissão de Prerrogativas, Defensor Mateus Oliveira Moro. Ele registrou que o Defensor Rodrigo Bedoni estará lhe substituindo em razão de férias na Presidência da Comissão de Prerrogativas. Parabenizou a administração superior pela reforma e incremento na itinerância, conforme proposta inicial de distribuição dos cem novos cargos de Defensores. Mostrou preocupação em relação a algumas unidades novas, pelo fato de haver a previsão de apenas com um Defensor. Solicitou para o Conselho que delibere até o final do ano duas propostas de desagravos públicos apresentadas pela Comissão de Prerrogativas e que estão em pauta. Apontou a necessidade de encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça a posição da Defensoria Geral em relação ao recesso judiciário. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se às manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano, informou que a associação está acompanhando o andamento do julgamento dos mandados de segurança impetrados perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, que tratam da capacidade postulatória de membros desvinculados da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo. No entanto, mostrou a necessidade de atuar em conjunto a Apadep e a Assessoria Jurídica da Defensoria Geral para futuras articulações. Informou que solicitou à Defensoria Geral que o acompanhe a uma visita ao Magistrado, relator do mandado de segurança coletivo impetrado pela Apadep, visando impedir a revinculação compulsória dos Defensores Públicos aos quadros da Ordem. O Presidente informou que a Defensoria Geral se reunirá com o Magistrado em data distinta, tendo em vista a divergência de horários da agenda. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano colocou a agenda da Apadep à disposição. Questionou a data de apresentação de voto ao relator do processo CSDP nº 288/12, que trata da fixação de auxílio alimentação. O

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a series of initials and a signature that appears to be 'A'. To the right of this is another signature, and finally, a large, complex signature on the far right.


Conselheiro Vitore Maximiano se colocou à disposição para apresentar seu voto na próxima sessão. O Presidente encaminhou a inversão da ordem do dia para votação, tendo em vista a presença do Assessor Cível, Luiz Rascovski e a Assessora de Qualidade no Atendimento, Gislaine Calixto para a apresentação do projeto de ocupação do novo espaço designado para o atendimento inicial da Capital, localizado na Rua Boa Vista, nº 150, e aprovou-se por unanimidade. O Defensor Luiz Rascovski apontou a premissa de o espaço acomodar sentadas todas as pessoas que procurarem a Triagem na Capital, tendo sido previstos trezentos e setenta e cinco assentos para espera, e observou a contemplação de baias removíveis para a divisão do espaço de atendimento, possibilitando modificações com um reduzido gasto financeiro, caso haja descentralização do atendimento inicial. A Defensora Gislaine Calixto complementou que o atendimento será realizado totalmente no andar térreo, contando com salas reservadas para a Coordenação de apoio aos Defensores, CAM, indicação de convênios, Ouvidoria Geral, além de enfermaria e uma brinquedoteca. Apontou que no subsolo haverá um espaço de apoio aos Defensores e Servidores, além de salas de reuniões. Por fim, os Assessores apontaram que há outros projetos em curso que irão impactar positivamente o atendimento na instituição, como o tele-agendamento, já adotado em Guarulhos e Campinas, e o sistema Defensoria online (DOL). Após a apresentação, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Rafael Bessa indagou se a administração adotará o modelo de triagem utilizada pelas regionais do interior. O Presidente informou que a primeira etapa a ser realizada para melhorar o paradigma atual é pela imediata modificação da estrutura física do atendimento inicial, e refletiu que a intenção futura é pela descentralização do atendimento inicial. A Defensora Tatiana Bellons esteve presente na sessão e sugeriu a abertura de diálogo com a carreira para discutir o modelo de atendimento para a triagem na Capital. A Defensora Vania Agnelli também esteve presente a sessão, e apontou a necessidade de melhorar a qualidade de atendimento e acomodação dos usuários, sugerindo para a reforma a mudança da porta principal do prédio, a instalação de balcão de informações e a utilização de guichês para o atendimento. O Presidente agradeceu a presença de todos os envolvidos no debate, e informou que a previsão de conclusão da obra é para o final do primeiro semestre do ano seguinte. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. O Presidente ingressou na ordem do dia com o processo CSDP nº 257/12. Interessada: Roberta Marques Benazzi Villaverde. Assunto: Remoção por união de cônjuges (de: Regional Guarulhos / para: Unidade Mogi das Cruzes). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A Conselheira Franciane Marques apresentou o voto vista, e concordou com o voto da relatora. A relatora apontou que em seu voto deferiu o pedido da interessada, mas condicionou a remoção à efetiva existência de vaga, a ausência de prejuízo ao interesse público, a permanência da situação fática que fundamentou a decisão, ou seja, manutenção da residência do marido da requerente no município indicado e permanência do estado civil informado, e a declaração oportuna, pela autoridade competente. Apontou que desta forma, instou a Coordenadoria Geral de Administração sobre a adoção de providências voltadas à verificação da permanência da situação no momento da efetiva remoção, e destacou que, em resposta, nunca houve por parte do Departamento de Recursos Humanos a exigência de comprovação dos requisitos no momento da ocorrência do concurso de remoção. Contudo, observou que seria uma inovação positiva pelo Conselho Superior adotar essa prática. Sugeriu a análise do caso, a fim de evitar o tratamento desigual com relação aos Defensores que já se beneficiaram com esta forma de remoção antecipada. O Conselheiro Luciano Caserta apontou ser contra as remoções condicionadas, sendo voto vencido em gestão anterior. O Conselheiro José Moacyr discordou do entendimento de condicionar administrativamente, principalmente relacionado ao interesse público, por entender que há inconstitucionalidade da lei estadual. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu que no momento da remoção o Conselho Superior expedisse ofício à interessada questionando sobre a manutenção das condições. O Presidente registrou a presença da interessada, e franqueou a palavra à Defensora Roberta Marques Benazzi. Ela sugeriu que o ônus fosse considerado como seu para comunicar caso a situação não permaneça no momento da remoção. O Conselheiro José Moacyr concordou e votou com a relatora, apenas afastando a condicionante do interesse público. A relatora acolheu a sugestão da interessada e alterou parcialmente o seu voto para que a interessada se manifeste perante o Departamento de Recursos Humanos caso haja alteração da situação fática. O Presidente encaminhou para votação o voto da relatora no sentido de deferir o afastamento, condicionando ser ônus da interessada informar, caso



haja alteração de sua condição. Aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o pedido da interessada. Declarou voto o Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento, no ponto em que se condiciona a remoção ao interesse público. CSDP nº 297/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Proposta de Deliberação que regulamenta o Encontro Anual de Defensores Públicos de 2012. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselheiro Vitore Maximiano apresentou o voto vista informando que a Diretora da Edepe aditou a proposta, inserindo incentivos de pontuação em concurso de promoção aos Defensores que participarem do encontro estadual. Observou que a proposta terá aplicação prática apenas para 2012, tendo em vista o início de vigência da nova sistemática de pontuação para o ano seguinte. Contudo, discorreu sobre a necessidade da previsão, visando excepcionar a necessidade dos pré-encontros nesse ano, uma vez que o encontro estadual de 2011 restou frustrado e as teses daquele ano ainda não foram apreciadas. O Conselheiro Luciano Caserta observou que a atividade extraordinária pode ser aplicada por qualquer órgão da instituição, inclusive a Escola da Defensoria, não sendo necessária a alteração da Deliberação. O Conselheiro Vitore Maximiano leu o artigo 8º da Deliberação CSDP nº 25/06, observando que a Edepe poderá atribuir a pontuação ao Defensor que participar do Encontro Estadual. A Diretora da Edepe retirou a proposta, após o entendimento pelo Colegiado de que a Escola da Defensoria poderá atribuir a pontuação de atividade extraordinária, aguardando-se o início de vigência da Deliberação CSDP nº 244/12, em janeiro de 2013. O Presidente encaminhou para votação e retirou-se o processo de pauta em razão da desistência da interessada. A Diretora da Edepe informou que o encontro acontecerá no dia vinte e quatro de novembro. Retirado de pauta em razão da desistência da interessada. CSDP nº 179/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora solicitou a prorrogação do processo para que os interessados na proposta acompanhem a votação. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/12. Interessado: Wagner Giron de La Torre. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (Regulamenta a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator apresentou o voto no sentido de deferir a proposta do interessado, reconhecendo a natureza indenizatória da gratificação relativa à cumulação de Defensorias, não a sujeitando ao teto constitucional. O Conselheiro Renato Campos indagou se o relator pesquisou a natureza da hora extra se é indenizatória ou salarial. O Conselheiro José Moacyr explicou que o raciocínio é que a constituição prevê a possibilidade de regulamentação do caráter indenizatório. O Presidente observou a premissa de ser ou não atribuição do Conselho Superior analisar o caso, e ressaltou a segunda premissa de se estabelecer um critério sem previsão legal, inovando de maneira significativa no cenário do regimento das gratificações da instituição. O Conselheiro Renato Campos mostrou preocupação em face da criação de normas internas em substituição à lei, gerando insegurança jurídica a todos, principalmente aos Defensores que ocupam cargos de direção, sob o ponto de vista da proibidade administrativa, e considerou a necessidade de estudo e análise muito detida sobre o assunto. O Conselheiro Vitore Maximiano endossou a preocupação do Conselheiro Renato Campos, e acrescentou o pedido de cuidado no trato da questão, pois a decisão desta envergadura expõe a totalidade de Defensores ao se considerar caráter indenizatório, especialmente diante dos reflexos da decisão no recolhimento do imposto de renda devido por cada Defensor, uma vez que – se admitida a natureza indenizatória da verba – não haveria mais a incidência do referido imposto, o que poderia implicar em possível questionamento e autuação da Receita Federal à instituição e aos próprios defensores. Exemplificou citando caso recente ocorrido no âmbito do Senado Federal. O Conselheiro Luciano Caserta indagou como está sendo tratada a situação do quinquênio e sexta parte com o Tribunal de Contas. O Presidente informou que em consulta verbal ao Presidente do Tribunal de Contas, foi desaconselhada a consulta, uma vez que o órgão não se posiciona previamente sobre situações concretas e específicas. Após debate, Renato Campos, em substituição à 3ª Subdefensoria, pediu vista do feito. Vista concedida à Terceira Subdefensoria Pública Geral. CSDP nº 254/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades

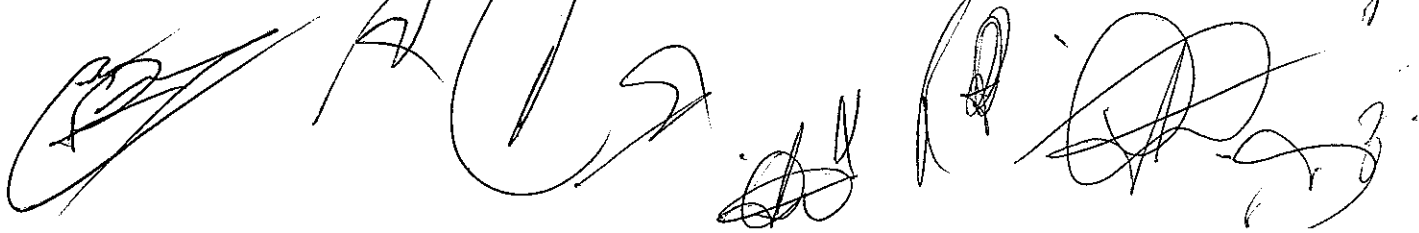


da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 268/12. Interessado: Coordenadoria do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho de 2011 a junho de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 310/11. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2011-2013. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 278/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral Final do Núcleo Especializado (maio a julho de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 279/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação ao Exmo. Defensor Público Jairo Salvador de Souza. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação aos Exmos. Defensores Públicos Daniela Skromov de Albuquerque e Carlos Weis. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 281/12. Interessado: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 271/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 55/08, que institui o Sistema de tratamento das Manifestações dos Usuários no âmbito da Ouvidoria-Geral da Defensoria. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 283/12. Interessada: Escola de Defensoria Pública do Estado. Assunto: Aplicação da Deliberação CSDP nº 244, de 24 de fevereiro de 2012, relativamente à atuação dos membros dos Conselhos Editoriais da EDEPE. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 286/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (abril a julho de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 288/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de fixação do auxílio alimentação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 298/12. Interessada: Simone Hipólito da Silva. Assunto: Pedido de afastamento para participação no Seminário Internacional - Proteção Social e Cidadania hoje: tendências e desafios, no período de 27 a 29 de novembro de 2012. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 292/12. Interessada:



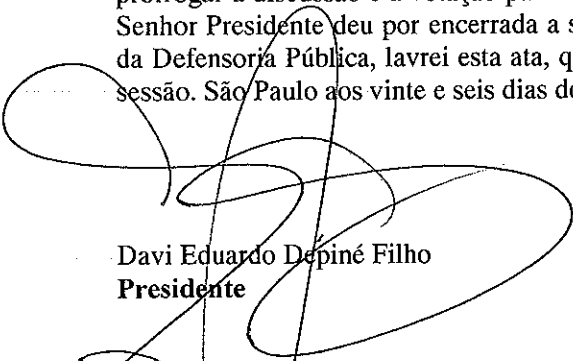
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a vertical signature on the right.

EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo", no dia 26 de setembro de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de Deliberação para disciplinar a sistemática dos sorteios no âmbito da instituição. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 296/12. Interessado: Alexandre Pereira Soares. Assunto: Pedido de sugestão à Defensora Pública Geral para expedição de recomendação ao Departamento Pessoal da instituição, visando o cumprimento das Deliberações CSDP nº 109/08 e CSDP nº 253/12. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 302/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 304/12. Interessada: Paula Rosana Cavalcante. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "V Encontro Estadual dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", no período de 12 a 14 de novembro de 2012. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 204/11. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura do V Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 038/10. Interessada: Mariana de Souza Lima Lauand. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 018/10. Interessado: Fabricio Feres Furlan. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 043/10. Interessado: Rafael Soares da Silva Vieira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 045/10. Interessada: Maria Clara Paletta Lomar. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 033/10. Interessada: Adriana Mas Rosa. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 034/10. Interessado: João Guilherme Silva Marcondes de Oliveira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 030/10. Interessado: Andre Vicentini Gazal. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 036/10. Interessado: Bruno Bortolucci Baghim. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 035/10. Interessada: Alessandra Pinho da Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 041/10. Interessada: Danielle Cristina Uemura. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by the initials 'ACG', a smaller signature, and a large, complex signature on the right side. There are also some faint, illegible marks and a small checkmark-like symbol on the far right edge.

Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 046/10. Interessado: Luiz Fernando Baby Miranda. Assunto: Defensor Público em estágio probatório

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 024/10. Interessada: Ilka Saito Millan. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 037/10. Interessada: Juliana Alves de Almeida. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 040/10. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 017/10. Interessado: Rafael Galati Sabio. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 029/10. Interessado: Andre Cadurin Castro. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 025/10. Interessado: Felipe Capra da Cunha Lopes. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 032/10. Interessada: Tatiana Semensatto de Lima Costa. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 022/10. Interessada: Silvia Caniver Drago. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2012.


Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente



Renato Campos Pinto de Vitto
Conselheiro

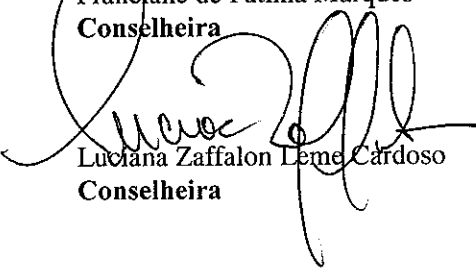

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro

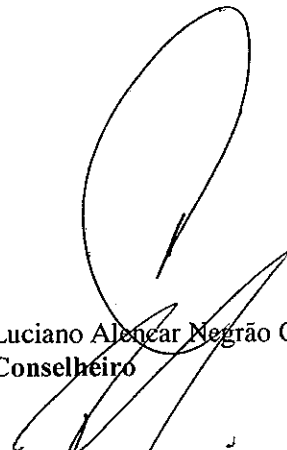

Marcia Regina Gavutti
Conselheira


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro


Franciane de Fátima Marques
Conselheira

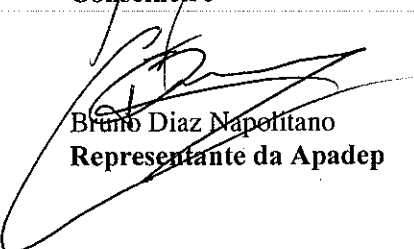

Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



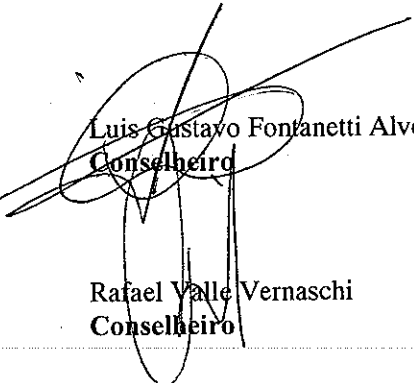


Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Bruno Diaz Napolitano
Representante da Apadep



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro